

Brasil: terra da contrarrevolução. Revolução brasileira e classes dominantes no pensamento político e sociológico

RICARDO SHIOTA

Curitiba: Appris, 2018.

*Luiz Eduardo Motta**

A questão da Revolução Brasileira esteve na pauta da intelectualidade do nosso país ao longo do século XX. Contudo, desde os tempos da redemocratização, na década de 1980, essa temática perdeu completamente a sua força, enquanto a agenda se deslocou para a problemática da democracia. Nas últimas décadas os temas da macropolítica perderam espaço diante das questões de cunho micropolítico, como a afirmação dos direitos civis para grupos sociais marginalizados. A problemática da Revolução ficou circunscrita a grupos residuais e tratado de forma marginal e datada.

O livro de Ricardo Shiota, *Brasil: terra da contrarrevolução. Revolução brasileira e classes dominantes no pensamento político e sociológico* – com prefácio de Marcos Del Roio e orelha de Plínio de Arruda Sampaio Júnior –, resultado de sua tese de doutorado realizada no programa de Sociologia da Unicamp, vem na contramão dessa tendência. Shiota fez um amplo mapeamento da produção intelectual que tratou da questão da Revolução Brasileira. O leitor que esteja se iniciando nesse tema ficará surpreso ao se deparar com a informação da pesquisa de Shiota de que a problemática da Revolução Brasileira não se restringia aos autores vinculados à perspectiva marxista ou mesmo progressista, mas também

* Professor associado de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: luizpmotta63@gmail.com

incluía conservadores que davam o seu significado específico ao conceito de Revolução. Havia, sim, uma enorme polissemia em torno desse conceito; dentre os vários significados usados pelos diversos autores estão aquele que entende a Revolução como um *putsch* (resultado de um golpe de Estado) e aquele em que ela é vista como um processo armado ou pacífico com a participação dos setores subalternos da sociedade brasileira. A perspectiva de uma Revolução Brasileira via um movimento revolucionário não se restringia às organizações como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) ou a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop), mas era uma perspectiva também de militares de ou intelectuais engajados nas lutas nacionalistas e desenvolvimentistas – a exemplo do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), instituição acadêmica que foi a mais perseguida pelo Golpe de 1964 (autodenominado de “revolução” tal qual a “Revolução” Constitucionalista de 1932).

É um paradoxo da intelectualidade brasileira tratar de um tema de fato inexistente em nossa formação social, ainda que o termo “revolução” (se entendermos como transformação profunda das estruturas e com participação popular) estivesse presente em fatos históricos do país, a exemplo da própria Revolução de 1930. Shiota faz uma bela analogia com a história de Brutus, um dos fundadores da República romana que consentiu com a imolação de seus próprios filhos após eles defenderem a restauração da monarquia. No Brasil se deu o inverso: as tentativas de mudanças políticas resultaram na permanência e na adaptação das estruturas vigentes e, desse modo, na manutenção dos privilégios e das desigualdades.

Para desenvolver a sua análise sobre o conceito de revolução – e especificamente a Revolução Brasileira –, Shiota dividiu a sua pesquisa em duas partes: a primeira trata da história do conceito de “Revolução Brasileira e as classes dominantes no pensamento político”. O primeiro capítulo dessa parte analisa, em termos mais abstratos, a problemática e a genealogia do conceito de Revolução Brasileira em suas diferentes abordagens. No segundo capítulo, intitulado “Revolução Brasileira e classes dominantes: da quartelada à Revolução burguesa com independência econômica, democracia e soberania nacional”, Shiota mostra as diversas visões em relação à ruptura com o latifúndio, o Imperialismo, o papel do Estado e as estatizações, o desenvolvimento nacional e a formação de uma soberania nacional autóctone com bases nacionalistas de mobilização popular. Neste capítulo, Shiota mapeia as contribuições das teses do PCB, da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e do ISEB nesse cenário pós-1945 até 1964, além dos autores que nesse contexto contribuíram para essa temática como Nelson Werneck Sodré, Charles Wegley, Álvaro Vieira Pinto, Celso Furtado, Guerreiro Ramos e Caio Prado Jr. Já o terceiro capítulo trata da “Revolução Brasileira como Revolução socialista contra as classes dominantes”. Nele o autor mostra o impacto da Revolução Cubana no seio da intelectualidade progressista, principalmente por ter sido uma revolução que se propunha a ultrapassar os limites do desenvolvimentismo. Assim, Shiota nos mostra as contribuições de

Franklin de Oliveira, Theotônio dos Santos e Moisés Vinhas, que defendiam uma via revolucionária pacífica, em contraposição aos que defendiam a via armada do conflito, tais como Marcos Perri (pseudônimo possivelmente coletivo de dirigentes do PCdoB) e Moniz Bandeira.

Na segunda parte, “Revolução Brasileira e classes dominantes no pensamento sociológico”, Shiota mapeia as intervenções de intelectuais brasileiros que, a despeito de não recorrerem ao conceito de Revolução Brasileira, analisam o processo de mudanças na sociedade brasileira, tanto no que se refere ao seu progresso como também ao seu atraso. Inicialmente, no capítulo intitulado “Recusa do silêncio: o conceito de Revolução Brasileira no pensamento sociológico e classes dominantes”, Shiota avalia as contribuições ao desenvolvimento do tema no período de 1945-1964 de um conjunto de autores diversos ideológica e politicamente, tais como: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda, Jacques Lambert, Costa Pinto e Fernando Henrique Cardoso. No último capítulo dessa parte, Shiota analisa as contribuições críticas de Florestan Fernandes ao debate, haja vista que Florestan rejeita o conceito de Revolução Brasileira e opta categoricamente por aqueles de “revolução burguesa” e de “mudança social”. É o capítulo mais extenso no tocante à análise de um único autor em sua pesquisa.

Como em toda pesquisa, na de Shiota há pequenos erros de dados; destaco a nota 390 onde o autor inclui como membros na formação do PC do B em 1962 os futuros integrantes do PCBR, Jacob Gorender, Mário Alves, Apolônio de Carvalho, além de Joaquim Câmara Ferreira que virá a participar da fundação da Aliança Libertadora Nacional (ALN). Os pequenos erros, no entanto, não atingem o seu argumento central a respeito do conceito de Revolução Brasileira no cenário intelectual do país. Shiota acerta e avança nas análises de Vieira Pinto e de Guerreiro Ramos ao não se restringir à questão do nacionalismo presente em ambos os autores e ao destacar a contribuição deles ao debate sobre a questão democrática: ambos a tratam para além dos marcos liberais/burgueses ao apontarem novas formas de participação política, ao trabalharem com ampliação do conceito de democracia – na qual incluem questões sociais e econômicas – e ao identificar a influência do pensamento terceiro mundista.

O livro de Shiota ressalta, desde o seu início, a importância de se retomar, na atual conjuntura brasileira, a perspectiva da análise da macropolítica que predominou nas análises sobre a formação social brasileira até o período da redemocratização. Tendo em vista que o campo das Ciências Sociais atualmente tem navegado numa dispersa microanálise de casos e de identidades sem nenhuma articulação com a macropolítica em conjuntura de avanço do neofascismo tupiniquim, o livro de Shiota é um bom exemplo de outro tipo de opção analítica. Ademais, a temática da questão nacional e democrática se faz cada vez mais pertinente em nossa realidade diante da guinada neofascista/conservadora em escala mundial.